

OS DESAFIOS DO EXTENSIONISTA NO ITESP: promover o desenvolvimento sustentável dos assentamentos rurais e da agricultura familiar¹

Francisco Feitosa Alves Sobrinho²
Maria Ângela Fagnani³

1 - INTRODUÇÃO

Que extensão rural e quais princípios e fundamentos foram utilizados e construídos no desenvolvimento dos assentamentos? O que se entende por desenvolvimento sustentável de assentamentos? Quais controles e limites tem a ver com o desenvolvimento dos assentamentos? Quais controles e limites afetam as ações do extensionista da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) José Gomes da Silva e que podem trazer prejuízos ao desenvolvimento das comunidades assentadas? Quais controles e “limites de ação do Estado” apresentam-se e obstaculizam o atendimento das necessidades dos assentados? O que está por trás desses controles e limites? É possível superar estes limites? De que forma? Afinal, é possível desenvolver assentamentos rurais e agricultura familiar a partir de uma organização estatal estabelecida no ambiente dos “limites de ação do Estado”? Estas perguntas orientadoras são exploradas neste artigo.

2 - MATERIAL E MÉTODO

Este trabalho tem na extensão rural como objeto do estudo e pondera-se na recomendação de Almeida (1989) que considera a extensão rural como categoria das ciências sociais e, como tal, os métodos que mais se aplicam às

pesquisas de extensão rural são os emprestados destas ciências.

Este trabalho foi então desenvolvido tendo como referência a pesquisa social baseada na técnica da pesquisa histórica. Segundo Richardson (1999), a pesquisa histórica se preocupa com o registro escrito dos acontecimentos. Procura localizar, avaliar e sintetizar sistemática e objetivamente as “provas” para estabelecer os fatos e, desta forma, obter conclusões referentes aos acontecimentos passados. Para tanto, o pesquisador pode atuar de duas maneiras: coletando a informação e descrevendo o problema no dado momento ou descrevendo o acontecimento através do tempo. Para este estudo, considerando a técnica da pesquisa histórica, foram analisados documentos internos (relatórios, resoluções, textos, apostilas e livros) e externos (artigos, teses e livros) do ITESP que abordam direta e indiretamente o objeto da pesquisa.

Neste trabalho, a pesquisa histórica foi combinada com o apoio da análise qualitativa. A pesquisa qualitativa, no campo das ciências sociais, adota diferentes métodos de investigação para o estudo de um fenômeno, que tanto pode encontrar sentido nos fatos desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas podem dar a ele. Chizzotti (2003) lista e refaz a trajetória da pesquisa qualitativa. Citando a evolução de seus marcos referenciais, faz a seguinte afirmação:

[...] partilhando o pressuposto básico de que a investigação dos fenômenos humanos, sempre saturados de razão, liberdade e vontade, estão possuídos de características específicas: **criam e atribuem significados às coisas e às pessoas nas interações sociais** e estas podem ser **descritas e analisadas prescindindo de quantificações estatísticas** (CHIZZOTTI, 2003, grifos do autor).

Pela análise qualitativa dos conteúdos (discursos, depoimentos, narrativas, relatos, con-

¹Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) José Gomes da Silva, órgão estadual responsável pela política agrária e fundiária, vinculado à Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. Este artigo é parte do trabalho apresentado à Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP para obtenção do título de mestre. Registrado no CCTC, IE-07/2009.

²Engenheiro Agrônomo, Analista de Desenvolvimento Agrário do ITESP (e-mail: chicofeitalves13@gmail.com).

³Engenheira Agrônoma, Doutora, Professora da Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP (e-mail: angela@feagri.unicamp.br).

dutas, costumes e experiências presentes nos documentos analisados), validou-se ou invalidou-se os pressupostos apontados, as evidências indicadas.

Partiu-se, ainda, da experiência do pesquisador, que atua há mais de 20 anos na área que é objeto da pesquisa.

3 - A CORRELAÇÃO ENTRE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER), DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS ASSENTAMENTOS, AGRICULTURA FAMILIAR E OS “LIMITES DE AÇÃO DO ESTADO”

A seguir são estabelecidos sentidos e re-significações sobre conceitos de ATER, do desenvolvimento sustentável, dos assentamentos rurais, da agricultura familiar e dos “limites de ação do Estado”.

3.1 - ATER: estabelecendo o sentido de conceitos e significações

Neste estudo, é importante a re-significação da expressão “ATER” anteriormente mencionada. Para se ter uma clareza da re-significação deste “novo” substantivo, é preciso decompô-lo e analisar as ideias trazidas por dois termos, assistência técnica (AT) e extensão rural (ER), estabelecendo as correlações que eles têm entre si no senso geral e precisando as características de cada termo, no específico.

Por AT traz-se a significação de ações ou intervenções promovidas pelo agente de ATER no “itinerário técnico” de um determinado processo, seja ele agrônomo ou social. A ideia de “itinerário técnico” vem da metodologia de Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários (DSA) desenvolvida por Marc Dufumier apud Garcia Filho (1994). Para melhor ilustrar a definição de “itinerário técnico” é transcrita a seguir a citação de Garcia Filho (1994) no Guia Metodológico:

O **itinerário técnico** é uma **sucessão lógica e ordenada de operações** culturais aplicadas a uma espécie, a um consórcio de espécies ou a uma sucessão de espécies vegetais cultivadas. O mesmo conceito pode ser aplicado a grupos de animais (GARCIA FILHO, 1994, grifos do autor).

Assim, por AT entende-se todas as ações praticadas pelo “especialista” técnico, agente de ATER, quando faz uma intervenção no “itinerário técnico”, seja ele agrônomo ou social. Por analogia ao processo agrônomo, a sucessão ordenada e lógica de operações (itinerário técnico) na área social caracteriza-se também como assistência técnica. Nestes casos são levados em consideração às especificidades e formações acadêmicas dos agentes de ATER, como: agrônomos, veterinários, zootecnistas, sociólogos, antropólogos, geógrafos, assistente social, etc., situação encontrada no ITESP. Estes são insubstituíveis nas ações de assistência técnica, dentro dos “itinerários técnicos” de sua área acadêmica e profissional sem, no entanto, deixarem de ser agentes de ATER.

Para a ER, tem-se a definição de ações que promovem processos educativos e de animação por meio de metodologias participativas integradas às dinâmicas locais. Desta forma, quando os profissionais mencionados estabelecem ações educativas, infere-se que estão realizando trabalho de extensão rural, independente de sua especialização profissional. Estariam atuando em um campo mais geral, abrangente, no qual teriam que considerar as questões sistêmicas e holísticas, princípios presentes na atual Política Nacional de ATER (PNATER).

Várias definições para a extensão rural são utilizadas nos diversos países que a adotaram. Dentre as principais, pode-se considerar a relação existente a partir de dois componentes: **comunicação e educação**. A dimensão comunicacional é tida como um processo dinâmico que consiste em levar aos agricultores informações úteis e relevantes para seu aprendizado. A dimensão educacional visa ajudar o agricultor a adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes para utilizar com eficiência essas informações.

Freire (1983), ponderando a dimensão educacional da “extensão” rural, aborda os vários significados do termo, a seguir transcritos, conforme o seu contexto, em uma análise semântica, partindo de pontos diferentes, como o linguístico da palavra:

Extensão.....Transmissão
 Extensão.....Sujeito ativo (o que estende)
 Extensão.....Conteúdo (que é escolhido por quem estende)
 Extensão.....Recipiente (do conteúdo)
 Extensão.....Entrega (de algo que é levado)

- por um sujeito que se encontra “atrás do muro”, aqueles que se encontram “além do muro”, “fora do muro”, daí que se fale em atividades extra-muros)
- Extensão.....Messianismo (por parte de quem estende)
- Extensão.....Superioridade (do conteúdo de quem entrega)
- Extensão.....Inferioridade (dos que recebem)
- Extensão.....Mecanismo (na ação de quem estende)
- Extensão.....Invasão cultural (através dos conteúdos levados, que reflete a visão de mundo daqueles que levam, que se superpõe a daqueles que passivamente recebem) (FREIRE, 1983).

Com sentido crítico, Freire (1983) aponta para o papel do extensionista como educador, o qual deve se colocar como aprendiz na produção do conhecimento, de ações geradoras de autonomia proporcionada pelo diálogo. Esta postura pedagógica do educador promove o confronto entre o conhecimento empírico e o científico para a construção de um novo conhecimento, importante contribuição para o processo de desenvolvimento sustentável.

Somando os dois termos AT + ER percebe-se que o “substantivo” ATER está perfeitamente construído para dar conta das atuais necessidades para uma política de desenvolvimento sustentável dos assentamentos e da agricultura familiar, pois concilia as especificidades e as generalidades em único termo, sendo portanto um orientador para as ações do agente de ATER que precisa superar os limites de ação do Estado e, desta forma, estabelecer o desenvolvimento sustentável.

3.1.1 - A extensão rural como processo educativo: fundamentos que podem levar à superação ou manutenção dos “limites de ação do Estado”

A promoção, construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável para as comunidades assentadas pode ser feita a partir de ações da extensão rural. Estas práxis são baseadas em processos educativos e participativos. Para fundamentar as ações educa-

tivas, em seus mais variados graus e níveis, prescinde-se de fundamentação pedagógica que dê suporte às estratégias a serem desenvolvidas. Os graus e os níveis são estabelecidos pelo Estado através de sua instituição de ATER com maior ou menor controle, mediante limites impostos à ação extensionista. Como forma de estabelecer ou manter o controle e o modelo de desenvolvimento desejado, pode-se fazer opções metodológicas baseadas em diferentes pedagogias. As opções pedagógicas adotadas em um determinado contexto refletem as ideologias e os objetivos que o Estado promove como parte de suas políticas. O interesse central pode não estar voltado aos fundamentos epistemológicos da pedagogia, mas sim aos efeitos de sua aplicação. Consideramos como base educativa de ATER, para esse contexto, o ensino-aprendizagem e três opções pedagógicas, apesar de polêmicas por seus domínios: a pedagogia de transmissão, a pedagogia do condicionamento e a pedagogia da problematização, detalhadas nos itens seguintes.

a) A pedagogia de transmissão

A pedagogia de transmissão parte da premissa de que ideias e conhecimentos são os pontos mais importantes da educação e, como consequência, o aluno (agricultor) terá como objetivos “receber” o que o extensionista ou livros lhe oferece. O aluno (agricultor) é considerado como uma “página em branco” na qual novas ideias e conhecimentos externos “serão impressos”. Assim, há o treinamento de agricultores que utilizam estilo autoritário e vertical na transmissão de novos conhecimentos técnicos, o que implica na entrega destes conhecimentos sem o consequente desenvolvimento das suas habilidades intelectuais (observação, análise, avaliação, extrapolação, compreensão, etc.) As consequências dessa pedagogia no indivíduo seriam: elevada absorção de informações, hábito de tomar notas e memorizar, passividade e falta de atitude crítica do aluno (agricultor), distância entre teoria e prática, tendência ao racionalismo radical, preferência pela especulação teórica e falta de “problematização” da realidade. Produz-se uma “domesticação” e contribui-se para o controle do Estado, limitando o desenvolvimento. Para a comunidade assentada, o uso somente desta pedagogia teria por consequência: a adoção inade-

quada de informações e tecnologia, o conformismo, o individualismo e a falta de participação (cooperação, falta de conhecimento da própria realidade, submissão à dominação e aceitação da situação estabelecida como normal). Seria a base do controle, dos “limites de ação do Estado”, um bloqueio ao desenvolvimento. Essa pedagogia está associada aos fundamentos aplicados no modelo “difusionista” de extensão rural.

b) A pedagogia do condicionamento

A pedagogia do condicionamento enfatiza os resultados comportamentais em detrimento das ideias e dos conhecimentos. Concentra-se no modelo da conduta mediante um jogo eficiente de estímulos e recompensas capaz de “condicionar” o aluno (agricultor) a emitir respostas desejadas pelo professor. Mediante a repetição da associação “estímulo-resposta-esforço”, o aluno termina por ser condicionado a emitir respostas desejadas sem a necessidade de um reforço contínuo. As consequências dessa pedagogia no indivíduo seriam: a alta eficiência da aprendizagem de dados e processos, o não questionamento dos objetivos nem do método, a não participação da escolha do método, a não problematização e análise crítica da realidade, a falta de oportunidade de crítica às mensagens (conteúdos) das políticas, a tendência ao individualismo, a competitividade e a renúncia à originalidade. No âmbito social geraria: maior ênfase na produtividade; dependência de fonte externa de recursos, equipamentos e métodos; suscetibilidade a manipulação ideológica ou tecnológica; tendência ao conformismo e pragmatismo utilitário. Parece lógico que os métodos emergentes dessa pedagogia devam ser utilizados somente quando os alunos já tenham desenvolvido sua consciência crítica e sua capacidade de problematizar a realidade em que se encontram. Essa pedagogia aponta para fundamentos utilizados no modelo “difusionista”, com enfoque “produtivista”.

c) A pedagogia da problematização

A pedagogia da problematização parte da base que, em um mundo de mudanças rápidas, o importante não são só os conhecimentos ou ideias, nem os comportamentos corretos e fáceis que se espera, mas sim o aumento da

capacidade do aluno (agricultor), que age e participa da transformação social, em detectar os problemas reais e buscar soluções originais e criativas. Assim, a capacidade que se quer ver desenvolvida é a de fazer perguntas relevantes em qualquer situação para entendê-las e ser capaz de resolvê-las a contento. No contexto dessa pedagogia, o mais importante é o desenvolvimento da capacidade de observação da realidade imediata ou circundante, global e estrutural, detectando todos os recursos, identificando os problemas que obstaculizam (limitam) um uso eficiente e equitativo dos referidos recursos, localizando as tecnologias disponíveis ou inventando novas tecnologias apropriadas e encontrando formas de organização do trabalho e ação coletiva. Essa pedagogia não separa a transformação individual da transformação social que deve desenvolver-se em situação grupal, e pode ser representada pelo diagrama bastante simples que Maguerez (1970), seu autor, denominou de “método do arco” (Figura 1).

O grande mérito dessa pedagogia está no fato de que o aluno usa a realidade para aprender com ela, ao mesmo tempo em que se prepara para transformá-la. As consequências dessa pedagogia no indivíduo seriam: um aluno ativo, observando, formulando perguntas, expressando percepções e opiniões; motivação pela percepção de problemas reais cuja solução se converte em reforço; aprendizagem ligada a aspectos significativos da realidade; desenvolvimento das habilidades intelectuais de observação, análise, avaliação, compreensão e extrapolação; intercâmbio e cooperação com os demais membros do grupo; superação de conflitos como parte natural da aprendizagem grupal e nivelamento de *status* entre professor e aluno, extensionista e agricultor (diálogo de iguais). Para a sociedade, essa pedagogia pode trazer métodos adequados à própria realidade, cooperação na busca de soluções para problemas comuns, uma população conhecedora de sua realidade e reativa à invasão cultural, elevação do nível médio de desenvolvimento intelectual da população estimulada pelo desafio, bem como criação ou adaptação de tecnologias viáveis e culturalmente compatíveis. E, se o objetivo é superar os limites, contornar os obstáculos, “desatar os nós” na direção ao desenvolvimento rural sustentável dos assentamentos pelas ações da ATER, parece que se estabeleça preferência por esta última pedagogia. Podem existir momentos em que o pro-

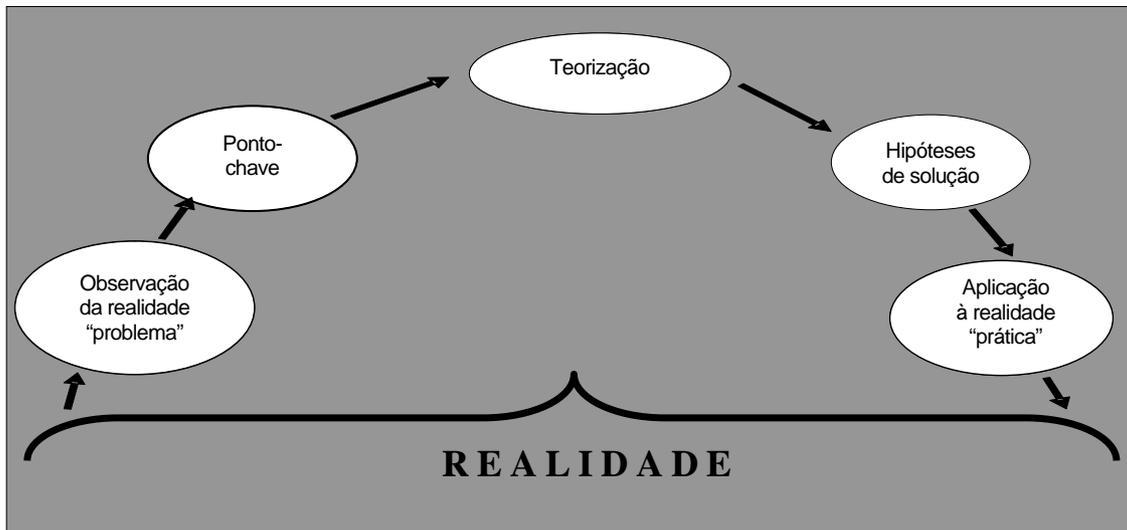


Figura 1 - Método do Arco de Charles Maguerez (1970).
Fonte: Maguerez (1970).

cesso de ensinar requeira apenas a transmissão de informações ou até mesmo a execução de rígidas sequências operativas (condicionamento). O que não se pode perder de vista é o objetivo fundamental da ação educativa que consiste no desenvolvimento integral do aluno (agricultor), sua capacidade de pensar e raciocinar, assim como seus valores e hábitos de responsabilidade, cooperação e sociabilidade de sua unidade familiar (sítio).

3.1.2 - O processo do ensino-aprendizagem

Como parte do procedimento educativo, além da opção pedagógica utilizada, é preciso compreender o processo de ensino-aprendizagem.

Bordenave e Pereira (1977) assim definem o “ensino”:

Ensino. Processo deliberado **de facilitar que outras pessoas aprendam e cresçam** intelectual e moralmente fornecendo-lhes situações planejadas de tal modo que os aprendizes **vivam as experiências necessárias** para que se produzam as modificações desejadas de maneira mais ou menos estável (BORDENAVE; PEREIRA, 1977, grifos do autor).

A “aprendizagem” também é conceituada pelos autores:

Aprendizagem. Uma **modificação relativamente permanente** na disposição ou **capacidade do homem**, ocorrida como um **resultado**

de sua atividade e que não pode ser simplesmente atribuída ao processo de crescimento e maturação biológica do ser (BORDENAVE; PEREIRA, 1977, grifos do autor).

Compreender o processo de ensino-aprendizagem ajuda a entender como a extensão rural, no seu aspecto educativo, pode contribuir para romper os “limites de ação do Estado”. Ao se adequar às ações práticas de ATER para uma educação “problematizadora” ou “libertadora” está havendo o contorno dos obstáculos em direção ao desenvolvimento rural sustentável dos assentamentos.

3.2 - Estabelecendo o Sentido e Significação de Desenvolvimento Rural Sustentável

Sunkel e Paz (1974) ressaltam que análises de conceitos refletem a realidade de uma corrente de pensamento que traz uma visão e, dentro desta, devem ser considerados dois aspectos: o ideológico e o metodológico. A admissão de qualquer conceito implica adotar uma determinada posição ideológica e metodológica, conforme afirmam os autores:

E a única forma de este adquirir verdadeira seriedade e objetividade é admiti-la explicitamente, para que se possa escolher, **de modo perfeitamente consciente, a ideologia e o método** que correspondem à posição adotada pelo observador. Colocar-se numa posição presumi-

damente “neutra”, negando-se a precisá-la, não leva a maior objetividade, mas, pelo contrário, pode conduzir a aceitação, de modo acrítico e inconsciente, das posições implícitas em algumas dessas correntes de pensamento (SUNKEL; PAZ, 1974, grifos do autor).

Os conceitos a seguir utilizados partem, portanto, de uma determinada visão ideológica, sem neutralidade, servindo de referência para análise do conflito produzido pelo tensionamento entre o trabalho da extensão rural, que procura atender os interesses de classe dos trabalhadores rurais, e o limite estabelecido e as estratégias adotadas pelo Estado em negar as demandas desta classe.

Para estabelecer o sentido do conceito de desenvolvimento, tem-se como ponto de partida a análise da palavra desenvolvimento (des = sem + envolvimento = encoberto, bloqueado, truncado, limitado). Ou seja, desenvolver implica em ações que permitam retirar algo que envolve, encobre, bloqueia ou impõe limites. Em uma outra imagem, significação para o desenvolvimento seria como “desatar os nós” para o livre fluir da “corda”. Assim, inicialmente, entende-se o desenvolvimento como ações que rompem, retiram, “desatam os nós”, que superam os limites para o livre fluir do ser (a comunidade assentada). Ainda explorando o conceito de desenvolvimento de forma dedutiva de Sunkel e Paz (1974), é possível inferir algumas ideias que implicam em uma significação sobre o senso de desenvolvimento e percebê-lo como: de crescimento, de sucessão de etapas e como um processo de transformação estrutural. Assim, o desenvolvimento de um organismo social (assentamento) pode ser percebido, então, pelos efeitos do crescimento e, para crescer, é preciso romper, superar os limites que bloqueia, que trunca o crescimento do organismo social. Está presente também a significação da superação de etapas quando identifica-se as várias fases e etapas pelas quais vão passando o assentamento. Percebe-se, ainda, o desenvolvimento como a alteração das estruturas, situação compatível com a reforma agrária e a implementação de assentamentos quando se procura romper os limites da estrutura fundiária fazendo as modificações estruturais. Considerar o conceito de desenvolvimento apenas como significação de crescimento, como uma sucessão de etapas e alteração das estruturas, geraria uma análise incompleta. Assim, é preciso acrescentar mais um

significado ao conceito de desenvolvimento: o de sustentabilidade. Neste caso, seria acrescentar a já explicitada noção de crescimento, sucessão de etapas e de mudanças estruturais à significação de evolução continuada. O sentido de evolução continuada traria um aspecto qualitativo ao conceito de desenvolvimento, enquanto que o crescimento seria mais quantitativo podendo-se medir, por exemplo, como taxas. A sustentabilidade reforçaria o sentido de evolução continuada no conceito de desenvolvimento. Para apoiar esta ideia, é citado parte de texto sobre marco conceitual apresentado no trabalho agricultura sustentável:

Sustentabilidade significa preservação ambiental oferecida pela natureza, definido como os possíveis usos e funções de nosso entorno físico (HUETING; REIJINDERS, 1998 apud BEZERRA; VEIGA, 2000). As dificuldades de aplicação prática dessa definição e os problemas **de sua vinculação a idéia de “desenvolvimento”** devem ser vistas como novos desafios teóricos, e não como expedientes que possam diluir seu valor heurístico e seu profundo sentido ético (BEZERRA; VEIGA, 2000, grifos do autor).

Tem-se, então, como efeito neste estudo, o senso no qual o desenvolvimento rural sustentável seria a capacidade de superar limites do Estado em denegar as demandas dos trabalhadores rurais por assentamentos sem o prejuízo da preservação ambiental e do sentido ético. As ações de ATER do ITESP para suprir o desenvolvimento sustentável dos assentamentos teriam a capacidade e habilidade de superar os entraves que levam ao crescimento continuado através de etapas, promovendo a alteração das estruturas que se conformam na nova comunidade rural: o assentamento desenvolvido.

3.3 - A Agricultura Familiar e os Assentamentos Rurais

A relação entre agricultura familiar e assentamentos rurais é direta e histórica. Estão intimamente ligados quando se trata de disputa de espaço físico para a exploração da terra, de lutas e resistências ao longo da história. Os assentamentos são frutos da luta dos trabalhadores rurais em busca de novas unidades de produção familiares.

A agricultura familiar tem sua origem já

no início da colonização portuguesa no Brasil, sob a forma marginal, buscando o seu espaço no território físico (luta pela terra) e o reconhecimento político e social. Graziano (1980) traz um retrato ilustrativo desta agricultura e sua luta inicial que evoluiu para a denominada agricultura familiar:

A quarta seria a ocupação de **pequenas faixas de terra**, para delas extrair o sustento. Em um imenso território inculto, não era tarefa difícil **se estabelecer em um pedaço de terra** para exploração. Esses sofridos indivíduos, vítimas do sistema reinante, viviam montando seus pequenos sítios, embora não se fixando definitivamente em nenhum local. Eram verdadeiros sítios volantes que se estabeleciam, **atravesando no tempo e no espaço todo o período colonial, estendendo suas raízes até tempos mais recentes**. Esses tipos, que **foram à gênese dos pequenos agricultores** no Brasil, sempre foram tidos como **“vadios”, “ociosos”,** e qualificações semelhantes. Sempre foram **considerados como marginais** pelas autoridades da colônia e pela ideologia dominante na época. Não resta dúvida que esses “marginais” nada mais são do que **reflexos criados pelo próprio sistema latifundiário** implantado no Brasil (GRAZIANO, 1980, grifos do autor).

Os assentamentos de hoje seriam, portanto, uma continuidade da luta destes agricultores, marginalizados históricos, por um espaço de terra que possa vir a ser um sítio, uma unidade de produção familiar. Neste contexto, a luta ainda extrapola as questões meramente econômicas, levando para o campo dos direitos e reconhecimento social como, por exemplo, a questão da cidadania, ou seja, a luta procura superar o limite ao desenvolvimento imposto pelo sistema latifundiário, bloqueador e discriminatório, na maioria das vezes amparado pelo Estado.

Melhor do que definir agricultura familiar é reconhecer que ela existe e se caracteriza como um modo cultural de se viver a agricultura. Interege aproveitando as oportunidades, restrições e alternativas, buscando superar os limites a ela impostos (BUAINAIN, 2007) .

Sob o aspecto da relação entre a agricultura familiar e o assentamento, Buainain (2007) traz ainda a afirmação de que a estrutura agrária está diretamente condicionada ao desenvolvimento da agricultura familiar e, ligada com a questão da reforma agrária, e esta com a questão dos assentamentos. Com isso, pode-se afir-

mar que o desenvolvimento dos assentamentos traz reflexo para o desenvolvimento da agricultura familiar.

3.4 - Os “Limites de Ação do Estado” que Afetam as Ações de ATER em Direção ao Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos e Agricultura Familiar

Nesta parte, analisaram-se os “limites” presentes na estrutura institucional e na ação da extensão rural que afetam o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. O “limite” na ação do extensionista decorre, também, de sua opção pessoal por qual pedagogia possa vir a utilizar. E, por “limites”, entende-se os obstáculos, os bloqueios, os “nós”, que ora vão sendo superados, contornados, desatados pelos técnicos da extensão rural, ora vão sendo impostos pela estrutura do Estado ou por sua opção pessoal, num permanente “caminho e descaminho”. A imagem “metafórica” que podemos utilizar para traduzir esta significação é a de uma “escala graduada” situada em um campo de forças polares, cuja escala vai sendo percorrida. O alcance das extremidades da “escala” dependem das “forças” que o levem aos limites das fronteiras estabelecidas na escala.

Transferindo a imagem da “escala” para o campo social, é estabelecida uma forma de representação e significação. As “forças sociais” obrigam ao movimento de percorrer a escala no sentido de alcançar as fronteiras (dos direitos sociais, de classe) nas quais encontram “limites”, resistências, obstáculos, “nós” a serem superados, contornados, desatados no Estado. Estas limitações se dão dentro de uma polaridade de forças sociais cujo tensionamento para forçar os limites (avançar) chegam a afetar a saúde dos técnicos de ATER que, ao optarem por “problematizar”, sentem as dificuldades de atender, encaminhar, mediar às necessidades dos trabalhadores. Forçar os “limites” significa trabalhar sobre pressão. Gomes (2003) retrata essa situação:

Como pudemos apontar neste trabalho, a questão da formação dos técnicos é um desafio dentro da Fundação, **assim como a questão da saúde mental destes trabalhadores submetidos a variadas formas de pressão durante o desempenho de suas atividades profissionais**, ao menos enquanto não desligarem da

preocupação de serem servidores públicos dignos do público que atendem (GOMES, 2003, grifos do autor).

3.4.1 - Estabelecendo sentido e significação de “limites de ação do Estado”

Em “Os Limites do Estado” de Wilhelm Von Humboldt, há apontamentos de praticidade e a aplicabilidade de sua análise é referência para melhor compreender esta questão. A obra de Humboldt foi desenvolvida para pensar o significado da ação política, no sentido da praticidade de sua aplicação. A concepção desta obra trazia “ideias para um ensaio a fim de determinar as fronteiras da eficácia do Estado”. Rosenfield (2004) ilustra isso:

Enganar-se-á aquele que **considerar esta obra como sendo**, no sentido escrito, uma obra de **filosofia política**, pois seu escopo é muito maior e mais ambicioso, a saber, **repensar o significado mesmo da ação política. Redesenhar a realidade** tendo como **orientação novas idéias**, eis o seu propósito inicial (ROSENFELD, 2004, grifos do autor).

Este ensaio traz ideias, conceitos do que possam vir a ser “os limites de ação do Estado”. Rosenfield (2004) traz trechos ilustrativos e elucidativos que irão coligar a afirmação de que os “limites” de ação do Estado, na extensão rural, pode ser impeditivo desta e resultar no desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Ao indagar-se **pelos limites do Estado**, ele **procura determiná-los, circunscrevê-los**, diferentemente, **graças a uma ampliação das fronteiras - e dos direitos - da sociedade e dos indivíduos**. Estes não são considerados como entidades passivas, mas **como seres em processo de expansão vital**, tanto maior que essa vitalidade é desenvolvida em suas distintas propriedades culturais, artísticas, literárias e filosóficas. **O processo vital abre espaço** para uma **outra determinação de fronteiras**, a que **faz recuar o Estado para limites** que tem a finalidade de “des-politizar” as relações humanas, exibindo a sua riqueza, complexidade e diversidade. **Se uma fronteira se amplia, a outra se retrai**.

Para que **haja**, então, o **redesenho de fronteiras**, torna-se **necessário pensar os limites da ação estatal**. [...] Logo, Humboldt pergunta-se

pela eficácia da ação estatal, por **seus efeitos**, indagando-se **se esses efeitos vão no sentido de realizar os anseios da sociedade e dos indivíduos** (ROSENFELD, 2004, grifos do autor).

Considerando essas significações para o objeto de estudo deste trabalho, verifica-se em alguns autores que estudaram a ação da ATER do ITESP a indicação desta questão. Para corroborar e demonstrar como isso se dá e a implicação dessas “limitações” pelo Estado, recorre-se a trechos de Masselli (1998):

Segundo Cury, **ao Estado é imposta a função de manter o equilíbrio político e aliviar as tensões geradas pelo processo de acumulação capitalista. Para tanto, ele propõe-se a atender alguns interesses das classes dominadas. É nesse sentido que estão compreendidas a “abertura” democrática e o PVTP⁴, dela derivado: políticas ambivalentes** que, para **salvaguardar os interesses dominantes, cederam em alguma medida, por certo tempo, a alguns interesses das classes subalternas**. (MASSELLI, 1998, grifos do autor).

Gomes (2003) também discute essa questão:

Na prática encontramos **pelo menos dois grandes entraves para que a ATER possa ser executada da maneira proposta** através de **uma instituição governamental** como o ITESP.

Primeiro, **o número de tarefas propostas e o padrão de qualidade que se espera em termos de organização, participação, crítica conjunta, etc**, não será realizada pelos técnicos que atendem em média 60 famílias nos projetos em início de implantação e 200 famílias na fase de consolidação, **com todos os tipos de carência e com o volume de procedimentos burocráticos exigidos pelas normas governamentais**, tanto para a execução orçamentária quanto **para as exigências da política de assentamento** e Reforma Agrária. **Não há tempo para tudo** e ambas atividades têm prazo para serem executadas.

Segundo, **como podem os técnicos manter-se vinculados às lutas dos trabalhadores quando o patrão que os emprega não tem**

⁴Plano de Valorização das Terras Públicas (PVTP): plano através do qual são destinadas áreas de terras da Fazenda, do Estado ou de suas empresas para os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra.

como prioridade o atendimento aos próprios trabalhadores? A quem deve estar mais dedicado, a quem paga seu salário e muda de política conforme quem governa ou quem ele atende diariamente? (GOMES, 2003, grifos do autor).

Os “limites de ação do Estado” também se dão internamente à instituição, nas relações de poder e na maior ou menor capacidade de influenciar, na direção de atendimento dos trabalhadores e suas causas. Gomes (2003) descreve uma das fases de formação institucional do ITESP a fase de integração, na qual é perceptível a questão dos “limites” no institucional do Estado:

No momento seguinte, de discussão do PCCS⁵, foi utilizada a metodologia da “pesquisa participante” onde a inexperiência da Direção quanto ao método e **seu discurso “democrático” criaram uma falsa imagem de que tudo seria deliberado através de processo proposto aos funcionários**. Obviamente, **isso não poderia acontecer**. Propostas **em desacordo com a Direção** ou que eram claramente corporativas **não foram incorporadas**.

Todos sabem dos limites do Estado, mas sobrou um ressentimento nos funcionários quanto ao processo e seus resultado final, que concretamente levou as perdas salariais (GOMES, 2003, grifos do autor).

O alargamento das fronteiras estabelecidas pelos “limites” de ação do Estado dependem sobremaneira das capacidades individuais dos agentes de ATER em influenciar, contornar os obstáculos, superar as dificuldades, desatar os nós. Também o Estado pode “descaminhar” no sentido contrário, do movimento na escala. E o faz, de forma a contornar os “limites” das “forças populares” que pretendiam alargar as fronteiras, ver seus direitos atendidos. Um desses mecanismos de “descaminho” é o da “seletividade de políticas públicas” estudado por Rodrigues (1997), no qual o Estado procura “legitimar” sua ação na busca conciliatória de contornar, para não alterar as estruturas, como no processo de Reforma Agrária. Rodrigues (1997) ilustra este “descaminho” de ação do Estado:

Constatou-se que na **primeira década da extensão rural no Brasil** prevaleceu a **orientação humanista, de cunho assistencialista, muito identificada com as ações de legitima-**

ção do Estado, porquanto priorizava a promoção integral do homem. A sua clientela preferencial era o pequeno agricultor e sua família, **expostos a intervenções cujo objetivo era a mudança e a formação de hábitos, condutas e habilidades que viabilizassem o seu progresso social e econômico**. O **crédito rural supervisionado** era a modalidade apropriada para respaldar este tipo de atividade já que **cobria financeiramente** não apenas as **operações agropecuárias** mas também o **plano de administração do lar**. Foi um período em que a agricultura, embora exercendo a função importante de suporte do programa de industrialização do País, mediante a transferência de excedente econômico, via confisco cambial, crescia extensivamente, **não sendo cogitadas intervenções governamentais mais agressivas** no sentido de transformar a sua base técnica.

[...]

Assim, o predomínio **da orientação humanista da extensão rural**, seja na **versão assistencialista**, seja na **versão crítica**, mostra-se como uma **resposta institucional à ação legitimadora do Estado**, em situações conjunturais em que os requisitos funcionais de acumulação são atendidos primordialmente por outros tipos de políticas públicas que não a extensão rural (RODRIGUES, 1997, grifos do autor).

Compreende-se, portanto, a significação dos “limites de ação do Estado” como um processo que passa pelo alargamento das fronteiras, no sentido de buscar e garantir “os direitos sociais”. Características utilizadas pela ATER que contribuem para o desenvolvimento rural sustentável dos assentamentos são relacionadas através de aspectos que contribuem para contornar os obstáculos, superar as dificuldades e “desatar os nós”.

3.4.2 - Aspectos presentes nas ações de ATER que contribuem com o desenvolvimento sustentável dos assentamentos, ao superar os “limites de ação do Estado”

Para que se compreenda quais características contribuem para superar “os limites de ação do Estado” pelas ações de ATER, foram listados os seguintes aspectos: da “participação”, da “ação e reflexão”, da “capacitação e animação” e do “diálogo permanente e mediação” que de-

⁵Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS).

vam sem considerados. A capacidade de influenciar ajuda ou não os agentes de ATER a percorrer uma “escala” graduada que se situa entre as fronteiras estabelecidas pelos “limites de ação do Estado”.

- O aspecto da “participação”: os caminhos da ATER

Quanto a este aspecto, Bordenave (1983) define que:

questões-chave na participação num grupo ou organização: é qual o grau de controle dos membros sobre as decisões ou quão importantes são as decisões de que se pode participar.

Assim, para o caso em análise, verificou-se os “limites de ação do Estado” que tem correlação com os controles. Estabeleceu-se, a partir desta conceituação de Bordenave (1983), adaptando uma “escala” graduada de “participação” que avalia os níveis de controle e as situações implicadas decorrentes destes níveis. Analisou-se ainda o controle estabelecido entre atender os interesses dos trabalhadores ou negá-los (Figura 2).

Assim, pela figura esquemática (Figura 2), quanto mais as ações de ATER se enquadrarem à direita, menor o controle do Estado e maiores as possibilidades das ações de ATER atender às necessidades dos trabalhadores. Quanto mais tenderem para a esquerda, maior o controle do Estado nas ações de ATER e, portanto, menores as possibilidades de atender as necessidades dos trabalhadores. Assim, valem as habilidades do técnico de ATER em influenciar e criar as oportunidades de avanço nesta “escala” ou sua resistência em práticas participativas, bem como auxiliar para o retrocesso na escala, contribuindo com os controles do Estado.

A situação mais a esquerda da “escala” é a da “informação”, apenas com a transmissão de informações (esta situação está presente quando o agente de ATER se limita à pedagogia da transmissão sem avaliar ou se preocupar com as consequências de sua ação); da “consulta facultativa”, quando se abrem espaços de consulta aos subordinados (técnicos) ou trabalhadores, solicitando críticas, sugestões ou dados para resolver algum problema (neste caso, o agente de ATER investiga as opções e propostas não se limitando apenas a transmitir informações,

mas também a ouvir informações dos agricultores); da “consulta obrigatória”, em que os subordinados (técnicos) ou trabalhadores são consultados em certas ocasiões, mas a decisão final pertence à direção da instituição ou ao técnico (neste caso, o agente de ATER transmite e ouve informações, mas fica com o controle e a opção do que se vai fazer); da “elaboração/recomendação”, na qual os subordinados (técnicos) ou trabalhadores elaboram propostas, recomendações, soluções que a direção ou os técnicos aceitam ou rejeitam, mas sempre justificam as suas posições (neste caso, o agente de ATER transmite e ouve informações, elabora soluções em conjunto com os agricultores, mas fica com o controle do que se vai aplicar, tendo o cuidado de apenas justificar a razão da opção feita); da “cogestão”: aqui os subordinados (técnicos) exercem a capacidade de influenciar de forma colegiada, e os trabalhadores também exercem influências no caminho para as soluções dos problemas (neste caso, o agente de ATER transmite e ouve as informações, debate e formula conjuntamente com os agricultores as soluções de forma dialogada num processo de interação, influenciam e são influenciados quanto a ação final a ser executada e, portanto, tem menor controle de qual ação desenvolver); da “delegação”, na qual os subordinados (técnicos) dispõem de certa autonomia para os encaminhamentos e os trabalhadores são investidos de certo “empoderamento” (neste caso, o agente de ATER, além de transmitir e ouvir informações, problematiza com os agricultores que são “empoderados” quanto à decisão de qual a melhor solução ou ação a ser executada tendo a garantia de que a ação acontecerá mesmo que não estivesse prevista, indicando menor grau de controle por parte do Estado); da “autogestão”, que seria a ação libertária dos técnicos, indo a fundo nas raízes dos problemas com total autonomia para encaminhamento das soluções pelos trabalhadores, um “diálogo de iguais” (neste caso, o agente de ATER transmite e ouve informações, problematiza, media e anima os processos interativos com os agricultores, facilitando a busca conjunta de soluções para os problemas com total liberdade e com a garantia de ter as soluções encontradas em conjunto, serem executadas em consenso, com controle mínimo do Estado quanto à aplicação da solução apontada, não prevista e planejada previamente).

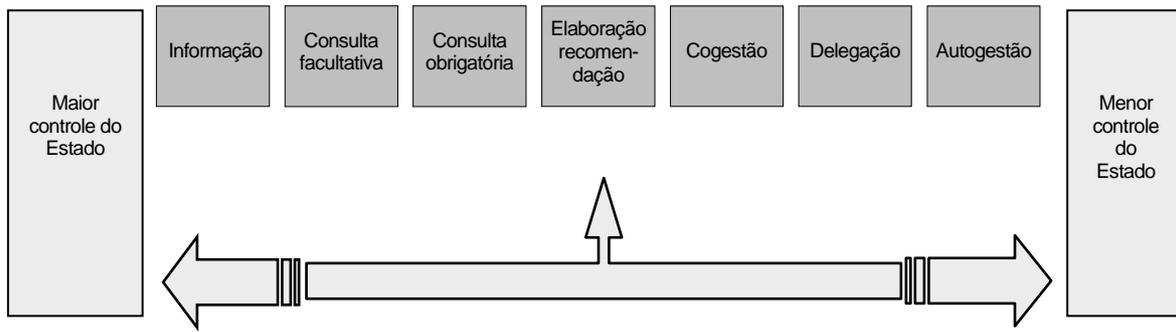


Figura 2 - "Escala" Gráfica do Grau de Controle do Estado e as Correspondentes Situações de Participação.
Fonte: Dados da pesquisa.

- A "ação e reflexão", movimento instituinte: os caminhos da ATER

A pedagogia da "problematização" leva ao agente de ATER questões para a qual não estava preparado. Por outro lado, como disse Paulo Freire (1983), ninguém problematiza e permanece impassível à situação que ajudou a problematizar. O desenvolvimento (quantitativo) entendido como crescimento, sucessão de etapas, como alteração das estruturas, também é evolução (qualitativo). A evolução do homem enquanto ser social no processo de ensino-aprendizagem, se materializa na relação entre o que se ensina e o que se aprende. Esta evolução se estabelece no processo de "ação" e "reflexão" sobre as práticas realizadas. A ATER do ITESP está marcada por momentos de "ação e reflexão". A análise sobre a "ação e reflexão" das ações de ATER foram proporcionadas com a realização de vários encontros e seminários internos organizados pelo ITESP com a participação dos agentes de ATER e também de agricultores. A "reflexão" encaminha como força impulsionadora na direção das fronteiras, dos "limites" de ação do Estado. Não se fica "imune" e "impassível" aos problemas. O técnico, diante da avaliação do "quadro de forças limitantes do Estado", pode decidir: obedecer e não fazer nada; deixar de fazer e criticar; ou simplesmente criticar as alternativas (implodir ou desgastar) as limitações das soluções e propostas bloqueadoras apresentadas pelos dirigentes ou mesmo pela estrutura burocrática do Estado. O agente de ATER atua através da articulação e mobilização política de outras forças na sociedade (ampliar o orçamento do órgão, da arrecadação de novas áreas para assentamento, a melho-

ria das condições de trabalho para atendimento dos assentados, etc.). Desta forma, se encaminha para ações do "movimento instituinte" ocasião na qual são exercidas as capacidades máximas do agente de ATER em influenciar nos rumos, direções, atividades - poder institucional - que garantam atendimento dos direitos dos trabalhadores.

- A "capacitação - animação": os caminhos da ATER

A capacitação como processo "educativo" foi, desde a origem do ITESP (a lei dos PVTP teve sua inspiração no ensino agrícola), elemento essencial nas ações de ATER para o alargamento das fronteiras dos "limites de ação do Estado". Faundez (1993) ilustra a importância da capacitação:

Os técnicos, os especialistas (médicos, agrônomos, enfermeiros, professores, engenheiros florestais, etc.) **nunca foram formados para aprender com o povo**, mas, ao contrário, para ensiná-lo, para transmitir-lhe "conhecimento", para indicar-lhe soluções pré-estabelecidas a seus problemas, cuja natureza, na maioria das vezes, eles ignoram. **Os técnicos nunca foram efetivamente formados para se tornarem animadores e se engajarem com o povo para aprender e para criarem assim uma nova pedagogia**, uma nova democracia, nem foram formados para lutar pela construção de uma nova sociedade mais livre, mais justa e mais solidária (FAUNDEZ, 1993, grifos do autor).

A ATER do ITESP está repleta de momentos de capacitação que caminham em dire-

ção à afirmação de Faundez (1983). Para dar conta desta situação foi realizado, dentre outros, o “curso de formação política” para todos os agentes de ATER, buscando superar a deficiência da formação acadêmica em relação à preparação para a atuação no social. O curso, organizado em módulos, abordava as seguintes temáticas: o “papel do Estado e a dinâmica dos movimentos sociais; a compreensão das raízes históricas dos conflitos fundiários em São Paulo e no Brasil; e o papel do profissional técnico enquanto agente social”. Ou seja, a capacitação se destaca como um dos elementos essenciais para a “superação dos limites de ação do Estado”.

- O “diálogo permanente e a mediação”: os caminhos da ATER

Para dar conta da importância que o “diálogo e a mediação” tem exercido nas ações da ATER do ITESP e a sua importância na superação “dos limites de ação do Estado”, cita-se Faundez (1993):

Mas uma **tal evidência**, ainda que essencial, tem sido também substituída por uma contra-evidência: **a separação da teoria e da prática**. É claro **que todo o processo de conhecimento é, ao mesmo tempo, prático e teórico**; trata-se de uma relação dialética, na qual se passa de aspecto a outro, de modo permanente.

[...]

É certo, pois, que a **ação de conhecer implicará uma luta de ordem política** para conseguir **re-criar o diálogo essencial entre dois interlocutores que participam de uma troca** (FAUNDEZ, 1993, grifos do autor).

Aqui fica claro a necessidade de “mediação” de saberes entre técnico e agricultor. A mediação feita pelo diálogo se dá quando o agente de ATER procura facilitar a troca de conhecimentos que o agricultor traz de sua trajetória de lutas na agricultura e encontra no saber do técnico a solução mais adequada ao problema, inclusive superando as deficiências e dificuldade apresentadas pelo Estado. A limitação está localizada quando não se consegue estabelecer a relação

“dialogada”. A limitação fica estabelecida quando se pressupõe ser o técnico portador do conhecimento teórico e o agricultor do conhecimento prático. Pode-se ver o esforço e comprometimento da ATER do ITESP em estabelecer um “diálogo de iguais”, apesar da resistência por parte de alguns técnicos em adotá-la. Esta situação ocorre, por exemplo, na questão da ocupação de terras pelos agricultores quando os agentes são chamados a dialogar e até mesmo apresentar algumas orientações de procedimentos visando à arrecadação desta área para o futuro assentamento, mas a ação final caberá aos agricultores:

Nessas reuniões, **a troca de experiências relativiza** qualquer **excesso de envolvimento pessoal** e **assegura**, em consequência, a **distância necessária a redirecionar a ação junto aos assentamentos** sem prejuízo da eventual participação **organizada dos agricultores nesta ou naquela direção** (ITESP, 2000, grifos do autor).

4 - CONCLUSÕES

Partindo da significação de que o termo “desenvolvimento” representa crescimento, sucessão de etapas e mudanças de estruturas (aspecto quantitativo) e evolução continuada (aspecto qualitativo), os “limites de ação do Estado” caracterizam justamente os obstáculos, os “nós” a esse processo de desenvolvimento. Assim, se é desejado um processo de desenvolvimento, seja ele quantitativo ou qualitativo, as ações de ATER devem se dar na direção de remover estes obstáculos, esses “nós”. Portanto, as ações de ATER presentes no ITESP que desejam um processo de desenvolvimento sustentável precisam necessariamente se envolver com a remoção, a superação, o “desatar os nós” que estão presentes nos “limites de ação do Estado”.

Pela análise feita nesse trabalho da história institucional do ITESP e das práticas de ATER desenvolvidas, é perceptível os esforços dos técnicos desta instituição em romper os “limites de ação do Estado” na direção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

LITERATURA CITADA

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em extensão rural**: um manual de metodologia. Brasília (DF): MEC/ABEAS, 1989. 182 p.

BEZERRA, M. C. L.; VEIGA, J. E. (Coord.) **Agricultura sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2000.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. 85 p. (Coleção Primeiros Passos).

_____; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 16. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1977. 316 p.

BUAINAIN, A. M. et al. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas (SP): UNICAMP, 2007. 240 p.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, Portugal, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

FAUNDEZ, A. **O poder da participação**. Tradução Ligia Chiappini e Eliana Martins. São Paulo: Cortez, 1993. 119 p. (Coleção questões da nossa época, v. 18).

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ITESP. **Cultivando sonhos: caminhos para a assistência técnica na reforma agrária**. 2. ed. São Paulo: ITESP, 2000. 96 p.

GARCIA FILHO, D. P. **Guia metodológico: análise diagnóstico de sistemas agrários**. Brasília: INCRA, 1994. 55 p.

GOMES, M. J. M. **Estudo sobre a consciência política dos técnicos da extensão rural em assentamentos do Estado de São Paulo**. 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

GRAZIANO, J. F. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1980.

MAGUEREZ, C. **Análise do sistema paulista de assistência a agricultura**. Campinas (SP): CATI, 1970. (Relatório de assessoria prestada à Coordenadoria de Assistência Técnica Integral).

MASSELLI, M. C. **Extensão rural entre os Sem-terra**. Piracicaba (SP): UNIMEP, 1998. 165 p.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de Políticas Públicas e sua Aplicação no contexto da Política de Extensão Rural no Brasil. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

ROSENFELD, D. L. Qual a necessidade do Estado? In: HUMBOLDT, W. Von. **Os limites de ação do Estado**. Rio de Janeiro (RJ): Liberty Fund, 2004. 374 p.

SUNKEL, O.; PAZ, P. **Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fórum/ Hachette, 1974. 54 p.

**OS DESAFIOS DO EXTENSIONISTA NO ITESP:
promover o desenvolvimento sustentável dos
assentamentos rurais e da agricultura familiar**

RESUMO: O Estado tradicionalmente procura criar e sustentar as condições de acumulação do capital e, ao mesmo tempo, negar sua natureza classista através de mecanismos institucionais de legitimação, passando a ideia de que representa os interesses comuns e gerais de uma sociedade democrática. A extensão rural, processo de intervenção desse Estado como política pública no âmbito da reforma agrária, sofre mudanças em sua maneira de atuação em função de contextos políticos e momentos históricos. Este artigo apresenta a correlação entre as ações do extensionista na Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) José Gomes da Silva que procuram superar os “limites de ação do Estado” visando o desenvolvimento sustentável dos assentamentos e da agricultura familiar. Trata das interpretações e re-significações dos conceitos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), do desenvolvimento rural sustentável, de assentamentos rurais e dos limites de ação do Estado. A metodologia utilizada foi a da pesquisa histórica combinada com a análise qualitativa sobre a apreciação de documentos internos e externos ao ITESP que registram os fatos, as falas e as atitudes dos agentes de ATER durante a trajetória histórica de formação institucional do ITESP, objeto deste estudo. Conclui-se que o desenvolvimento sustentável dos assentamentos rurais e da agricultura familiar depende das ações do extensionista que atentam para a superação dos “limites de ação do Estado”.

Palavras-chave: extensão rural, assentamentos rurais, agricultura familiar, desenvolvimento rural sustentável.

**CHALLENGES FACING RURAL OUTREACH
WORKERS AT THE ITESP: the promotion of sustainable
development in rural settlements and of family agriculture**

ABSTRACT: The State typically seeks to create and sustain the conditions of capital accumulation whilst denying their classist basis through institutional legitimation mechanisms, based on the idea of representing the general interests of a democratic society. Rural Outreach, the process through which the State intervenes in the form of public policies under the Agrarian Reform, undergoes changes in performance depending upon the political and historical context. This article assesses the actions of extension outreach workers from the Land Institute aimed at overcoming the limits of state action so as to reach sustainable development in rural settlements and family farming. It addresses the interpretations and resignifications of the concepts of technical assistance and rural outreach, sustainable rural development, rural settlements and the “limits of State action”. The historical research method was used in this study combined with qualitative analysis on the assessment of documents internal and external to the ITESP - which register facts, words and attitudes of the rural outreach agents during the historical trajectory of institutional formation of the ITESP. It was concluded that the sustainable development of rural settlements and of family agriculture depend on the actions of family farmers engaged in overcoming the limits of State action.

Key-words: rural extension, rural settlements, family farming, rural sustainable development.

Recebido em 26/01/2009. Liberado para publicação em 05/11/2009.